

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“O COMÉRCIO DA HISTÓRIA”: EDIÇÃO, ENSAIO E MERCADO EDITORIAL<sup>1</sup>

Fernando Fiorotti Poltronieri

Doutor História Social/UFF

Em 1990, o caderno *Idéias*, do *Jornal do Brasil*, trazia em sua capa um Napoleão de feições esfíngicas, segurando uma nota de dólar (Figura 4.2) O título sugestivo anuncia “O comércio da História”. Convidados a pensar sobre o enunciado, estavam o historiador José Murilo de Carvalho, eleito no ano anterior *Homem de Idéias* pelo mesmo caderno, e o editor Luiz Schwarcz, que havia igualmente recebido o prêmio no ano de 1987, consagrados, portanto, em uma instância correlata do mercado editorial. Por sua vez, os dois estavam ligados por uma relação autor/editor, irmanados no esforço de obter sucesso no campo historiográfico e editorial. Os artigos são analisados para se pensar a filosofia editorial da *Companhia das Letras* pelas lentes de um autor publicado pelo selo e seu proprietário. Servem ainda como expressão de convergência entre o *habitus* do historiador e do editor, ambos empenhados na valorização do mercado enquanto caminho para uma efetiva profissionalização dos historiadores.<sup>2</sup>

Em seu artigo “Quando a História é negócio”, José Murilo de Carvalho parte de uma visita a um evento da *American Historical Association* (AHA) a fim de buscar exemplos de como o mercado, entendido por ele para além somente da edição de livros, poderia se converter em caminho mais profícuo para a historiografia brasileira. Segundo Carvalho, “os eventos da comunidade de historiadores estadunidense [...] apresenta aspectos mercadológicos que a distanciam enormemente de nossas modestas reuniões tão dependentes do apoio governamental”.<sup>3</sup> Esses vínculos com o mercado gerariam receitas anuais de mais um milhão de dólares.

---

<sup>1</sup> O texto a seguir é uma versão inicial da comunicação a ser apresentada. Como faculta a organização do 31º Simpósio da ANPUH realizaremos a adequação do texto em outra data. Além disso, esse texto é parte de uma pesquisa de doutorado encerrada em 2020. Cf. POLTRONIERI, Fernando Fiorotti. “*O negócio da História*”: a editora Companhia das Letras e o campo historiográfico brasileiro (1986-2000). 2020. 371 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

<sup>2</sup> O comércio da História, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1990. Caderno *Idéias*.

<sup>3</sup> CARVALHO, José Murilo de. Quando a História é negócio. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1990. Caderno *Idéias*, p.4.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Tais receitas estariam vinculadas a anuidades, assinaturas, doações particulares. Nos espaços de sociabilidade do evento, estavam as editoras e seus editores. Estes estavam “[...] comprando, estavam em busca de textos para publicar, contratando autores, discutindo negócios. O imenso salão era um vasto mercado em permanente agitação [...]”.<sup>4</sup> Em outro salão, haveria um panorama completamente distinto, silêncio e constrição. Nesse espaço, ocorriam entrevistas de emprego com candidatos de diversas partes dos Estados Unidos, que respondiam anúncios previamente publicados na revista *AHA*. Nesse processo, descortina-se que a “[...] profissão da história se rege pelo mercado e pela competição. Mesmo os departamentos das universidades públicas têm que entrar nesta lógica. Há um mercado de idéias, um mercado de livros, um mercado de Ph.D’s. Nada mais distante de nossa realidade raquítica, burocratizada e dependente do Estado”.<sup>5</sup>

Figura 1– Capa do Caderno Idéias “O comércio da História”



<sup>4</sup> Ibid., p.4.

<sup>5</sup> Ibidem, p.4.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Fonte: O comércio da História, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1990. Caderno Idéias

O mercado exerceria o papel de nacionalizar a produção do conhecimento histórico, através da constante concorrência por postos, publicações e prestígio. No Brasil, a carreira estaria primordialmente ligada ao Estado, submetido ao provincianismo e “personalismo”, o que impedia o surgimento de um “mercado nacional de idéias”. Por outro lado, para Carvalho, esse cenário estaria fadado ao distanciamento do “debate público dos grandes temas nacionais”, pois os historiadores, ao ficarem subsumidos aos imperativos do mercado, acabavam por desconsiderar outras instâncias de participação que não essa. Esse cenário engendraria uma hiperespecialização que se desdobraria até a existência de um historiador público, dedicado às instituições de divulgação histórica como arquivos e museus. Ao fim de seu artigo, José Murilo de Carvalho delineia certa insegurança em aderir por completo ao modelo americano, a despeito das exageradas loas tecidas a este ao longo de seu texto. Para ele, seria necessário “entender um pouco mais do negócio”<sup>6</sup> antes de professar sua fé.

O texto de José Murilo nos parece chave para compreender a posição assumida por alguns agentes do campo historiográfico em fins do século XX. Sua trajetória, marcada por formação na Universidade de Stanford entre 1969 e 1975, e por sucesso editorial, creditado, entre outros, ao lançamento em 1987 de *Os Bestializados*, seria a de um historiador que se encontrava em posição ascendente-dominante no campo. Sua posição refletiria as disputas que cindiam o campo universitário entre aqueles que viam a necessidade de uma modernização via mercado, modelo estadunidense, e outros que defendiam o incremento do investimento público nesse setor, idealizando o paradigma francês.<sup>7</sup> Simbolicamente, essas oposições podem ser transpostas para a própria capa do jornal com um Napoleão segurando uma nota de dólar. Além disso, Carvalho havia acumulado capital simbólico que o creditava a participar a convite desse debate,

---

<sup>6</sup> Ibidem, p.4.

<sup>7</sup> Para uma profícua análise desse debate, dentro do campo dos especialistas em educação superior, Cf. HEY, Ana Paula. *Esboço de uma sociologia do campo acadêmico: a educação superior no Brasil*. São Carlos: EDUFSCar, 2008.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

incentivando uma reconfiguração das expectativas sociais acerca do trabalho do historiador. Seu sucesso no mundo dos livros deveria ser replicado, pois, se visto pelo prisma de outra cultura historiográfica, era comum e não extraordinário. Sua ligação com a *Companhia das Letras* é explorada aqui como parte das estratégias editoriais-universitárias que buscavam modificar as correlações de força dentro do campo historiográfico, ao apontar para novos caminhos do ofício do historiador, e editorial, ao fortalecer a editora como empregadora e fornecedora dessa “mercadoria” de novo tipo. A despeito da visão edulcorada acerca do mercado estadunidense<sup>8</sup>, Carvalho não deixa de se sintonizar às ondas de abertura econômica e política que, como vimos, eram canalizados nas estratégias editoriais da *Companhia das Letras*.

O artigo de Luiz Schwarcz, por sua vez, dedica-se mais intensamente aos interstícios da operação historiográfica. Intitulado “A união do saber com sabor”, expressão originalmente utilizada por Roland Barthes, o artigo reafirmava os vínculos da editora com as obras de não-ficção e, notadamente, com a História. Essa havia se tornado um de seus melhores “negócios”, graças “[...] aos historiadores que tratam sua disciplina com *leveza* e incluem nos seus propósitos uma busca de *estilo*, de *revitalização da narrativa*. Esses historiadores sabem que pesquisa *rigorosa* e estilo *elegante* não se excluem. Tornaram-se praticantes de uma História que *agrada ao leitor*, sem ferir as *exigências de qualidade*”<sup>9</sup> [grifo nosso]. Tal concepção esboçava um agenciamento classificatório sobre o campo historiográfico, elegendo propriedades que os historiadores deveriam possuir, caso pretendessem ser publicados pela editora. Nota-se também que essas qualidades deveriam se equilibrar entre o universo constrito e regrado do historiador – pesquisa rigorosa, exigência de qualidade e narrativa revitalizada – e a obra aberta ao gosto da clientela leitora – de estilo elegante, de leitura leve e agradável.

A intenção de Schwarcz é associar a História “bem escrita”, preocupada com a fruição da narrativa e atenta ao gosto do público, como parte de uma historiografia

---

<sup>8</sup> Para uma análise em recorte mais amplo, acerca do mercado profissional para os historiadores estadunidenses Cf. TOWNSEND, Robert B. The ecology of the history job: shifting realities in a fluid Market. Disponível em: <https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/december-2011/the-ecology-of-the-history-job> Acesso em: 03 de agosto de 2019.

<sup>9</sup> SCHAWRCZ, Luiz. A união do saber com o sabor. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1990, Caderno Idéias, p.5.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

“moderna” e “inovadora”. Indiretamente, sua afirmação espelha, consciente ou inconscientemente, o debate, caro às décadas de 1970 e 1980, do “retorno” da narrativa, com discussões que levavam a reconsiderações entre frações dos historiadores das fronteiras entre a História e outros campos disciplinares. Destaque-se que, nesse caso, não faltaram propostas que diluíam as fronteiras da História com a Literatura, de considerá-la, em certo sentido, um artefato literário.<sup>10</sup> Para Allan Megill, na década de 1970, popularizou-se a tendência linguístico-narrativa a fim de compreender a escrita da História. Essa vertente pode ser entendida em dois sentidos, nos quais

A obra de história é considerada um construto linguístico no sentido de que é construída a partir da linguagem de formas complexas que pode ser entendida apenas se alguém analisá-la como os acadêmicos e os críticos literários analisam as obras de literatura. Além disso, ela é considerada um construto linguístico no sentido de que, através do uso de recursos literários, ela constrói o que nós acreditamos ser o passado.<sup>11</sup>

É nesse diapasão, de fortalecimento dessas concepções artísticas e literárias, que Luiz Schwarcz idealiza a forma “ensaio” como caminho para o sucesso editorial da História. Para ele, se os ensaios tiverem “[...] preocupação literária, serão menos restritos e atingirão, sem perder a sofisticação, um público mais amplo. O bom ensaio deve reunir sofisticação, erudição e mercado, erudição e público, sofisticação e vendas[...]”.<sup>12</sup> Contudo, Schwarcz reconhecia a existência de tensões entre esses objetivos e o *ethos* dos historiadores brasileiros, menos afeitos à dimensão literária de seu ofício. Mesmo assim,

---

<sup>10</sup> Na historiografia inglesa o texto referencial para pensar a dimensão narrativa da história é de STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa: reflexões sobre uma nova velha história. *Revista de História*, v. 2, n. 3, p. 13-37, 1991[1979]. Na historiografia estadunidense o historiador Hayden White trazia, antes de Stone, uma reconfiguração do peso da narrativa, da subjetividade e do relativismo a pesquisa histórica. Cf. WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995. [1975] Para um balanço dessas questões confira MALERBA, Jurandir. *Ciência e arte na escritura histórica*. MALERBA, Jurandir. (org.) *História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016. Para uma crítica a ideia de retorno da narrativa Cf. HOBSBAWM, Eric. *A volta da narrativa*. HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>11</sup> MEGILL, Allan. *Historiologia/Filosofia da escrita da História*. MALERBA, Jurandir. (org.) *História e Narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica*. Petrópolis: Editora Vozes, 2016, p. 42.

<sup>12</sup> SCHWARCZ, 1990, p.5.

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

reforçava que esse problema, entre o produto hermético voltado aos especialistas e o texto acessível voltado a um público leigo não se resolveria com a vitória de um dos polos, mas que, independente dessas questões, era possível operar “grandes negócios” a partir dos resultados dessa tensão. Deve-se ter claro que seu discurso não é direcionado para vulgarizadores diversos, dispostos a manufaturar História sem lastro institucional ou domínio de protocolos e regramentos disciplinares, não é a esses autores que ele se dirige. Ele busca se rentabilizar, econômica ou simbolicamente, de união quimérica entre uma historiografia crescentemente autonomizada e profissionalizada, desinteressada do vil metal, com uma editora que tangenciaria a filosofia da “arte pela arte”, da busca pelo leitor “qualificado”. Para tanto, defende uma divisão dicotômica entre erudição e mercado. Em seu discurso, seria o equilíbrio, sob o crivo simbólico do selo editorial, que evitaria os riscos dos descaminhos do hermetismo impopular da erudição exacerbada ou da produção vulgarizada economicamente orientada.

Contudo, essas pretensões são contraditadas pelo peso que Schwarcz coloca no lado mercantil dessa relação. Enquanto agente do campo editorial, responsável pela estruturação de um catálogo de História, de uma das principais editoras do país, suas palavras reverberavam nas disposições do campo historiográfico, já que autores e obras selecionados garantiam participação em circuitos de legitimação e consagração diversos tais quais simpósios, feiras, prêmios e cadernos literários. Alcançavam retorno simbólico, intercambiado do campo editorial para o historiográfico, que reduzia as inseguranças oriundas das disputas por posições institucionais e econômicas. Para obter tais recursos, caberia ao historiador produzir uma História que, sem deixar de lado os regramentos do campo, fosse “acessível” a um público leitor mais amplo, que ouvisse o mercado. Essa heteronomia sobre o campo historiográfico não seria, em sua visão, um problema, uma ameaça à operação de ganhos mútuos entre historiadores e editora, pois, como sublinha, seriam os próprios historiadores que, em fins do século XX, estariam mais atentos a essa equação. Ele reconhece que alguns possam optar por permanecer nas universidades e centros universitários, mas destaca que muitos “[...] historiadores começam a olhar o seu

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

trabalho também como negócio – e isso não é demérito, não choca mais a comunidade acadêmica”.<sup>13</sup>

Os modelos desse *homo historicus* estariam, por exemplo, no catálogo da *Companhia*, em autores como Carlo Ginzburg, Robert Darnton, José Murilo de Carvalho e Simon Schama. O último deles seria exemplar, pois se preocupou em produzir não uma narrativa tradicional, mas uma crônica histórica da Revolução Francesa.<sup>14</sup> Exemplo, segundo Schwarcz, da “[...] aproximação dos temas históricos das técnicas literárias.”<sup>15</sup> Para o editor, essa posição não era capricho pessoal ou simples opção comercial, mas legítima expressão de movimento internacional que atualizava o *modus operandi* dos historiadores e das editoras, configurando, indiretamente, a editora e ele próprio, como ponta de lança desse processo globalizado.

As posições de Schwarcz nos afiguram relevantes para definir, por fim, as concepções do estilo de História que orientaram a formação do catálogo da *Companhia*. Para além da centralidade euro-estadunidense, do predomínio das diversas vertentes culturalistas, da massiva participação uspiana no catálogo nacional, da Antropologia histórica e imagética de Lilia Moritz Schwarcz, cabe a Luiz Scwarcz definir o ensaio como o formato ideal da obra de História lançada por sua editora. Esse gênero possuiria longa história no campo intelectual brasileiro e, como abordado em capítulos anteriores, tinha fortes vinculações ao mercado editorial. Sua característica fronteiriça entre a liberdade literária e as restrições científicas, na qual a independência interpretativa do autor o permitia conjugar opiniões e fatos, estilos e disciplinas, integrados a uma exposição ampla e esteticamente aprazível era, e ainda o é, bastante popular entre editores e editoras.<sup>16</sup> Essa predileção não deixava de ter certo tom anacrônico, se imaginarmos a massiva produção monográfica e institucionalmente orientada, subsumida a restritos protocolos disciplinares que afluíam das universidades brasileiras nas décadas de 1980 e 1990. Esse modelo seria também menos comum no catálogo, se cotejado com as

---

<sup>13</sup> Ibidem, p.5.

<sup>14</sup> Referência ao livro *Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa*, op. cit.

<sup>15</sup> SCHWARCZ, 1990, p.5.

<sup>16</sup> A forma do ensaio variou historicamente, em alguns casos, entre as diversas ambivalências e polos disciplinares que tangenciavam sua existência literária. Para uma análise das indeterminações do formato, Cf. ADORNO, Theodor W. O ensaio como forma. *Notas de literatura*. São Paulo: editora 34, 2003.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

informações coletadas, já que, por exemplo, teses de doutorado e coletâneas de texto têm um peso considerável no conjunto dos títulos lançados. Mesmo assim, a validação desse estilo por Schwarcz não deixava de ser expressão da quadra histórica de fins do século XX.

No Brasil, nas décadas entre 1930 e 1940, o ensaio de caráter histórico apresentou-se como um dos caminhos para a popularização e modernização das bases de interpretação do passado nacional. Esse gênero seria caracterizado “[...] pelo jogo entre síntese e erudição. De um lado, percebe-se sua dimensão sintética, por meio da qual o esforço de descrição da totalidade dos fatos dignos de memória cede espaço ao trabalho da síntese interpretativa. [...] à narração dos fatos históricos das histórias gerais se sobrepõe a interpretação de um sentido formador [...]”<sup>17</sup>. Essa produção foi canalizada por coleções e editoras, como arrolado no segundo capítulo, e contribuiu para mudanças em concepções historiográficas do período. Ao longo do século XX, o gênero passou a ser severamente criticado, em especial, por historiadores formados em um *habitus* profissionalizado calcado na especialização, no domínio teórico-metodológico e no texto analítico-monográfico documentalmente orientado.

No entanto, o aprofundamento das rotinas de formação, reprodução e institucionalização das exigências mínimas do campo historiográfico, nas décadas de 1970 e 1980, reviveram o uso da expressão, mas como recriminação. A acusação de “ensaísta” era utilizada para classificar historiadores que, a despeito de algumas exceções, tinham se distanciado desse estilo décadas antes. Assim, como salienta Igor Guedes, esses novos “ensaístas” – como Jacob Gorender, Boris Fausto, Emília Viotti da Costa – nada mais eram que historiadores que, sem se furtar a rigorosas análises documentais, articulavam modelos teóricos formais áridos à leitura dos não iniciados.<sup>18</sup> Essa relativização do ensaio como parte integrante e rediviva da tradição intelectual brasileira seria, na sugestão de Lidiane S. Rodrigues, oriunda das disputas internas e externas dos campos intelectuais que, constantemente, buscariam se purificar de pretensos influxos

---

<sup>17</sup> NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, São Paulo. Vol. 36, n. 73, 2016), p. 91.

<sup>18</sup> GUEDES, 2014, p.508.

## ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

heterônomos, que inviabilizariam as práticas verdadeiramente científicas.<sup>19</sup> Além disso, observamos que isso seria também sinal das pressões heterônomas do mercado editorial sobre os intelectuais brasileiros, dispostos a se enquadrar em formatos mais ajustados às “expectativas” do suposto leitor.

Para Luiz Schwarcz, o ensaio apareceria como produto editorial. Sua abordagem parte do histórico positivo do formato no mercado editorial para defender sua (nova) viabilidade também no campo historiográfico-universitário. Para tanto, posiciona-o dentro de uma chave de leitura dicotômica. De um lado, o rigor da erudição – fadado a gerar maiores resultados entre os próprios historiadores profissionais – de outro a fluidez literária – garantia do sucesso de mercado e público. Não há menções a sínteses ou à cientificidade do texto, menos ainda à preocupação com as vinculações da obra com os debates políticos ou públicos. É na dimensão literária, na qualidade estética e abstrata, que o texto ensaístico conseguiria atrair seus leitores, reforçando que o discurso menos metódico e sistemático, calcado em estratégias textuais, narrativas e estilísticas importadas da literatura seriam aquelas que, de fato, garantiriam o sucesso de público. Além disso, o livro editado e seu autor seriam detentores de propriedades singulares e excepcionais, diferenciados em relação aos movimentos intelectuais e artísticos coletivos. Essa ênfase na forma ensaio seria um modo de

Afirmar o primado da maneira de dizer sobre a coisa dita, sacrificar o “assunto”, antes sujeito diretamente à demanda, à maneira de abordá-lo, ao puro jogo das cores, dos valores e das formas, forçar a linguagem para forçar a atenção à linguagem, constituem procedimentos destinados a afirmar a especificidade e o caráter insubstituível do produto e do produtor, dando ênfase ao aspecto mais específico e mais insubstituível do ato de produção artística.<sup>20</sup>

Para o campo historiográfico, as posições de Schwarcz, potencializadas por todo cabedal acumulado por sua editora, convertiam-se em parte das correlações de forças que

---

<sup>19</sup> RODRIGUES, Lidiade Soares. Um desejo chamado ensaio. *História da Historiografia*. Ouro Preto, nº 16, dezembro, p. 258-264, 2014.

<sup>20</sup> BOURDIEU, 2015, p. 110

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

subsumiam a prática historiográfica em fins do século XX, muitas delas abordadas ao longo dessa pesquisa, exemplificadas no fortalecimento dos programas de pós-graduação como *loci* quase exclusivo da produção histórica brasileira; a posição periférica de importador defasado de produtos intelectuais, principalmente de métodos e teorias; a especialização singularizada das pesquisas em consonância com imperativos de aceleração da produção de itens bibliográficos. Dentre outras interfaces que perpassavam a historiografia brasileira no intervalo entre 1980 e 1990. É sob esse pano de fundo que Schwarcz acaba por ser partícipe da construção de certa memória disciplinar da História, já que, através de seu agenciamento, algumas obras e historiadores eram mais dignas de lembrança do que outras.

Os negócios da editora, seu sucesso, ao fim e ao cabo, seria fruto da sensibilidade de historiadores mais atentos ao mercado, e vice-versa. O que temos desenvolvido como premissa desta pesquisa é que a concepção de História do editor, materializada em seu catálogo, é um fator relevante na (re)configuração de uma determinada dimensão da profissão do historiador brasileiro no final do século XX. Seu convite para que os historiadores vissem o mercado editorial não mais como acessório, mas como crescente possibilidade de sucesso profissional sinalizava para um contexto de mudanças nas expectativas do historiador, mais distante do engajamento político ou da sagração incógnita da academia, mais pressionado a se converter em empreendedor de seus feitos e frutos intelectuais, subsumidos cada vez mais a métricas quantitativas de validação individualizada de sua identidade profissional. O mercado editorial seria uma das expressões intensificadas desse empreendedorismo historiográfico, garantindo recompensas, e alguns riscos, a todos aqueles que com ele negociassem a sua história.